

Gramáticas de exclusão: demografia, desinformação e democracia nas geografias humanas contemporâneas

Grammars of exclusion: demography, disinformation and democracy in contemporary human geographies

Inês Sousa *¹

¹*Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra*

Resumo

Este artigo propõe uma leitura crítica e multidisciplinar das articulações entre demografia, desinformação e democracia, argumentando que as transformações populacionais contemporâneas constituem um terreno privilegiado de disputa política e simbólica. Partindo de uma perspectiva situada nos estudos críticos de fronteira e migração, e em diálogo com contributos das relações internacionais, da geografia humana crítica e da ciência política. O texto analisa de que forma o conhecimento demográfico pode produzir gramáticas de exclusão, como conjuntos articulados de narrativas, categorias e práticas que organizam o acesso diferenciado à pertença, à dignidade e a direitos fundamentais. O artigo apresenta o caso ilustrativo da figura do migrante, historicamente construído como sujeito ambivalente, entre contributo necessário e ameaça simultânea. A ambivalência constitui a estrutura narrativa que sustenta culturas de controlo de fronteira e práticas de exclusão espacialmente situadas. A desinformação em Portugal ilustra como estas gramáticas se sedimentam no debate público contemporâneo. Conclui-se que a qualidade da democracia depende da capacidade de as sociedades resistirem à naturalização de hierarquias de dignidade e de construírem políticas de pertença assentes em direitos humanos.

Palavras-chave: Demografia. Desinformação. Democracia. Gramáticas de exclusão. Geografias humanas. Políticas de pertença.

Abstract

This article proposes a critical and multidisciplinary reading of the articulations between demography, disinformation and democracy, arguing that contemporary population transformations constitute a privileged terrain of political and symbolic contestation. Drawing on critical border and migration studies, and in dialogue with contributions from international relations, critical human geography and political science, the text analyses how demographic knowledge can produce grammars of exclusion articulated sets of narratives, categories and practices that organise differentiated access to belonging, dignity and fundamental rights. The article develops the illustrative case of the migrant figure, historically constructed as an ambivalent subject, at once a necessary contribution and a simultaneous threat. This ambivalence constitutes the narrative structure underpinning cultures of border control and spatially situated practices of exclusion. The Portuguese case of disinformation illustrates how these grammars become sedimented in contemporary public debate. It concludes that the quality of democracy depends on the capacity of societies to resist the naturalisation of hierarchies of dignity and to build politics of belonging grounded in human rights.

Cadernos de
Geografia

doi: https://doi.org/10.14195/0871-1623_53_8

Recebido a:
6 de maio de 2026
Aprovado a:
25 de maio de 2026

*Email: i.sousa@fe.uc.pt

Keywords: Demography. Disinformation. Democracy. Grammars of exclusion. Human geographies. Politics of belonging.

1. Introdução: o triângulo conceptual

A articulação entre os conceitos de demografia, desinformação e democracia constitui um dos nós mais complexos da política contemporânea. À primeira vista, estas três dimensões pertencem a campos distintos do conhecimento académico tradicional, nomeadamente a análise estatística das populações, a comunicação mediática e a teoria política das instituições. Contudo, de acordo com uma leitura mais atenta, verifica-se que estão profundamente interligadas, numa dinâmica de co-constituição que importa compreender, tanto do ponto de vista analítico como normativo. A complexidade de cada um destes fenómenos exige, por isso, uma abordagem multidisciplinar, tributária do período da tradição iluminista, de interrogação crítica da realidade social a partir de múltiplos campos do saber.

A demografia, por definição, não pode ser apenas estudada de acordo com uma prática de contagem neutra de pessoas. É, primordialmente, uma forma de produzir conhecimento sobre a sociedade, as suas transformações, os seus equilíbrios e as suas possibilidades futuras. Alguns autores têm questionado a pretensão de neutralidade que acompanhou a consolidação da disciplina como ciência social. Greenhalgh (1996) demonstrou como a ciência demográfica do século XX foi moldada por contextos intelectuais, institucionais e políticos específicos que determinaram quais as questões consideradas legítimas e quais as populações consideradas problemáticas. Ortega (2023), retomando este argumento, propõe enquadrar a demografia como um regime de saber-poder, no sentido foucaultiano, que está longe de ser politicamente indiferente às hierarquias que descreve. Quando falamos, portanto, de fenómenos como o envelhecimento populacional, a natalidade, a mobilidade humana ou a distribuição territorial, falamos também de dimensões politicamente sensíveis: de quem é contado, de quem é representado como parte da comunidade e de quem aparece como ameaça ao seu equilíbrio.

A desinformação emerge, neste contexto, não apenas como problema de comunicação, mas como mecanismo de disputa da realidade. Na literatura de ciência política e comunicação política, a desinformação tem vindo a ser distinguida de conceitos próximos, como a desinformação não intencional (misinformation) ou a propaganda, pelo critério da intencionalidade e pelo papel ativo que desempenha na estruturação do debate público (Freelon & Wells, 2020). Bennett & Livingston (2021) argumentam que a ideia da desinformação não é apenas um problema de circulação de conteúdos falsos, mas uma crise estrutural das condições institucionais e mediáticas que tornavam possível uma esfera pública comum. Tucker et al. (2018) numa revisão abrangente da literatura sobre redes sociais, polarização e desinformação, mostram como estes fenómenos se reforçam mutuamente, e criam ecologias de informação em que a desinformação tem vantagens sistémicas de difusão face ao conhecimento rigoroso. A desinformação tem, por definição, o objetivo de manipular dados, através da descontextualização de imagens, da transformação de casos individuais em pa-

drões coletivos. Mais ainda, há uma intenção de conversão de problemas estruturais, em culpa atribuída a grupos específicos. Para além disso, destaca-se ainda que a natureza desta narrativa substitui a complexidade da realidade social, por explicações emocionalmente eficazes na captação da atenção, mas politicamente perigosas.

Quando aplicada a temas demográficos, a desinformação torna-se particularmente poderosa, porque trabalha com medos profundos; destes, destacam-se o medo de perda, de substituição, o medo de contextos de perda de paz social ou da disseminação de conflitualidade violenta entre grupos. E quando estes medos são politicamente organizados, deixam de ser emoções sociais dispersas e tornam-se instrumentos de legitimação de práticas discriminatórias e/ou de exclusão. A história do século XX oferece exemplos sobejamente documentados deste processo: dos programas de restrição à imigração nos Estados Unidos nas décadas de 1920 e 1930, fundados em teorias eugénicas sobre a degenerescência racial das populações do Sul e do Leste europeus (Ngai, 2004), às políticas de “pureza nacional” que percorreram a Europa central e oriental no mesmo período (Gatrell, 2019), até às ondas de hostilidade anti-imigrante que, nas décadas de 1970 e 1980, acompanharam as crises económicas nos países de destino dos trabalhadores convidados do pós-guerra (Castles, 1986).

Este artigo parte da ideia central de que as sociedades democráticas não são ameaçadas apenas pela ausência de direitos formais, mas também pela produção contínua de categorias de pessoas cuja dignidade é politicamente fragilizada. A partir deste enquadramento, este artigo tem como objetivos: 1) propor o conceito de “gramáticas de exclusão” como ferramenta analítica para compreender o modo como narrativas, categorias e práticas se articulam em conjuntos que organizam o acesso diferenciado à pertença e aos direitos; 2) perceber como essas gramáticas se inscrevem no espaço, produzindo geografias humanas diferenciadas.

No que respeita à metodologia adotada, o artigo inscreve-se numa abordagem de carácter analítico-teórico, alicerçada na revisão crítica da literatura científica considerada fundamental para o enquadramento do objeto de estudo.

2. *A construção demográfica do migrante: entre o excesso, o risco e o outro*

A figura do migrante ocupa um lugar paradoxal no pensamento demográfico e nas políticas públicas contemporâneas. Por um lado, é convocada como solução para os “problemas” que a demografia descreve: o envelhecimento das populações europeias, a insustentabilidade dos sistemas de proteção social, a escassez de mão-de-obra em sectores específicos. Por outro lado, é muitas vezes enquadrada por alguns meios de comunicação ou atores políticos como ameaça à coesão social, à identidade cultural, à segurança pública, ao equilíbrio dos serviços. Esta dupla posição que ganha forma no antagonismo – produtivo e perturbador –, não é uma contradição acidental. Com efeito esta é a estrutura narrativa que, de forma instrumental, tem estado na base da governação da mobilidade humana nas sociedades contemporâneas. É precisamente a esta projecção que a demografia crítica e os estudos de migração críticos respondem quando recusam tratar os números da migração como números e os leem, antes, como categorias politicamente produzidas (Greenhalgh, 1996; Ortega, 2023).

Para compreender a violência política desta ambivalência, é indispensável começar pelo que as gramáticas de exclusão sistematicamente ocultam. Deste quadro destaca-se o contributo histórico, económico e cultural da migração para o desenvolvimento das sociedades de destino. A historiografia europeia contemporânea tem demonstrado com crescente rigor que a história da Europa moderna é, em sentido profundo, uma história de pessoas em movimento. Gatrell (2019) mostra como a reconstrução europeia do pós-guerra, o crescimento económico dos chamados «trinta gloriosos» e a recomposição dos tecidos urbanos das grandes metrópoles ocidentais foram inseparáveis das vagas migratórias que as alimentaram, da imigração italiana, espanhola e portuguesa para o centro e norte da Europa, dos trabalhadores turcos na Alemanha, dos migrantes pós-coloniais no Reino Unido, em França e nos Países Baixos. A prosperidade europeia do século XX não foi produzida apesar da migração, mas em grande medida através dela. De Haas, Castles e Miller (2020), na obra de referência sobre a era da migração, demonstram que esta dinâmica representa um padrão estrutural: as sociedades que cresceram e se diversificaram fizeram-no invariavelmente através de encontros, trocas e recomposições impulsionadas pela mobilidade humana.

Esta dimensão é ainda mais evidente quando se considera a escala urbana. Sassen (1991) demonstrou que as grandes cidades globais, Nova Iorque, Londres, Tóquio, e mais tarde muitas outras, são a projeção real do esforço da mão-de-obra migrante, que sustenta tanto os seus sectores mais qualificados académica e tecnicamente, como os sectores de proximidade, de cuidados, de construção e de logística que os tornam funcionais. A cidade global é, nesta leitura, uma formação simultaneamente económica e cultural. Esta cidade depende da diversidade das populações que a habitam, na medida em que as suas capacidades de inovação, de adaptação e de mediação cultural são inseparáveis da pluralidade de origens e das experiências dos seus habitantes. Portes & Rumbaut (2006), no estudo clássico sobre a América imigrante, mostram como as comunidades migrantes não se limitam a adaptar-se às sociedades de destino, mas as transformam ativamente. Os autores lembram, a título ilustrativo, como na gastronomia, na música, nas artes, na arquitetura, no comércio, na medicina, na ciência e na vida política a as histórias humanas dão forma a um espaço de desenvolvimento. As reflexões destes historiadores e cientistas refletem assim a recusa da narrativa da migração como problema.

Esta construção do migrante como figura ambivalente tem sido tratada por várias áreas do conhecimento. Didier Bigo (2002) da chamada escola de Paris, uma vertente crítica que se posiciona na interseção entre os Estudos de Segurança e as Relações Internacionais (RI), argumentou que a associação entre mobilidade humana e risco não resulta de evidências empíricas sobre comportamentos ou impactos, resulta de um trabalho ativo de categorização, produzido por redes profissionais, burocráticas e securitárias que, ao longo de décadas, sedimentaram a equivalência entre “migrante”, “imigrante irregular” e “ameaça”. Huysmans (2006) demonstrou como, no contexto europeu, este processo assumiu a forma de uma securitização progressiva da migração: a mobilidade humana foi transformada em questão de segurança interna, de ordem pública, de identidade coletiva. O resultado não é apenas uma

política mais restritiva: é uma cultura de suspeição que organiza os modos como determinados corpos são olhados, tratados e governados no espaço público.

É aqui que a contribuição de Zaiotti se revela particularmente fecunda. Em *Cultures of Border Control* (2011), Zaiotti argumenta que os regimes de fronteira não operam apenas através de leis e dispositivos técnicos, mas através de “culturas”; de conjuntos de pressupostos partilhados, de categorias cognitivas e de práticas institucionalizadas que definem o que é normal, racional e necessário em matéria de controlo da mobilidade. Estas culturas não são transparentes aos olhos dos seus próprios praticantes: são precisamente a dimensão tácita que torna certas formas de tratamento das populações impensáveis de questionar.

Estas culturas de controlo partilham, independentemente das suas variações nacionais e temporais, uma gramática implícita de valorização diferencial das pessoas em movimento: o turista e o trabalhador qualificado circulam livremente, o requerente de asilo e o trabalhador não qualificado do Sul global são tratados como excesso ou risco. Esta assimetria não é apenas económica, é também racial, de género e de classe. Mezzadra & Neilson (2013) descrevem-na como a multiplicação das fronteiras: não existe uma única linha entre dentro e fora, mas um continuum de posições diferenciadas no acesso ao trabalho, aos direitos e ao reconhecimento, produzido pela proliferação de estatutos jurídicos, procedimentos administrativos e categorias populacionais.

A tradição dos estudos críticos converge num ponto essencial: a recusa da neutralidade dos números e das categorias. Destaca-se então que, ao apontar um “imigrante irregular”, “um trabalhador estrangeiro”, “um refugiado” as estatísticas demográficas estão a produzir categorias que organizam formas de tratamento. Estas formas de tratamento são moldadas e moldam narrativas particulares com impacto institucional, mediático e no dia a dia em escolas, bairros e comunidades. Em última análise, as narrativas influenciam a identificação de sujeitos políticos com graus diferenciados de visibilidade. De Genova (2017) designa este processo como a produção política da ilegalidade, que ganha forma através da categorização. Quando uma pessoa é reduzida a uma categoria administrativa, ou a uma figura de risco, o não reconhecimento da sua humanidade precede e legitima todas as formas subsequentes de tratamento. É esta lógica que compromete as condições concretas de integração, de respeito e de dignidade.

3. Gramáticas de exclusão: narrativas, categorias e práticas espaciais

O conceito de gramáticas de exclusão aqui apresentado designa conjuntos articulados de narrativas, categorias e práticas que, operando em diferentes escalas e registos, organizam o acesso diferenciado à pertença, à dignidade e aos direitos. A noção de gramática é aqui deliberada; tal como uma gramática linguística define as regras que tornam certas expressões possíveis e outras impossíveis, uma gramática de exclusão define as categorias e as distinções que tornam certas formas de tratamento das populações possíveis.

As gramáticas de exclusão operam em três registos articulados. No registo narrativo, produzem histórias sobre quem pertence à comunidade e quem a ameaça,



Figura 1. Os três registos articulados das gramáticas de exclusão.

quem contribui e quem sobrecarrega. No registo categorial, criam distinções, legal/i-legal, produtivo/dependente, que organizam hierarquias de dignidade e determinam o acesso a direitos, serviços e reconhecimento. No registo prático, traduzem-se em procedimentos administrativos, arquiteturas materiais, políticas de habitação, práticas de policiamento e formas quotidianas de interação que inscrevem as distinções categoriais no espaço e nos corpos.

Esta tripla articulação é precisamente o que torna as gramáticas de exclusão politicamente eficazes e analiticamente urgentes: elas não existem apenas ao nível do discurso, mas materializam-se em práticas espaciais que produzem geografias diferenciadas de exclusão (Cresswell, 1996; Pain, 2009). A naturalização destas geografias e, no quadro mediático, a sua apresentação como resposta racional a riscos objetivos, dificultam o processo da sua contestação. Por outras palavras, quando uma categoria de pessoas é sistematicamente associada ao perigo, à dependência ou à incompatibilidade, as práticas que as controlam, limitam ou excluem, deixam de parecer discriminatórias e passam a ser “aceites”.

A geografia crítica oferece aqui um contributo notório. Na tradição inaugurada por Lefebvre (1991) e desenvolvida por Harvey (1973) e Massey (1994), a projeção do espaço não é um dado natural sobre o qual os fenómenos sociais se desenvolvem. Este espaço é entendido como um produto, uma representação imaginária que relações de poder. As gramáticas de exclusão são, neste sentido, também gramáticas de produção espacial, ao definirem quem pertence e quem não pertence, quem tem direito à cidade e quem é tratado como corpo fora do lugar (Cresswell, 1996). Lacoste (1976) argumentou que a geografia serve, antes de mais, para fazer a guerra, isto é, que o conhecimento geográfico é também instrumental.

As gramáticas de exclusão têm também, neste sentido, uma dimensão de deslocamento político. Em vez de questionar as causas estruturais das desigualdades, a precarização do trabalho, o subfinanciamento dos serviços públicos, a concentração de riqueza, a erosão dos mecanismos de proteção social, estas narrativas deslocam a

culpa para atores politicamente vulneráveis. Esta operação não é apenas discursiva: reorganiza responsabilidades, redistribui inseguranças e produz geografias do medo (Pain, 2009) que organizam o espaço social de forma diferenciada.

Nira Yuval-Davis (2006, 2011) fornece um instrumental analítico complementar através do conceito de políticas da pertença. A pertença não é apenas uma experiência subjetiva de ligação a uma comunidade: é também um processo de definição de quem pertence, em que condições e com que direitos. As gramáticas de exclusão são, neste sentido, um enquadramento narrativo, de regras implícitas que determinam quem pode reivindicar o reconhecimento de membro pleno da comunidade política e quem deve permanecer numa condição de presença sem reconhecimento (Honneth, 1995).

4. Desinformação demográfica e erosão democrática

A desinformação sobre temas demográficos é particularmente eficaz no quadro social e das sociedades ditas desenvolvidas contemporâneas, precisamente porque ativa gramáticas de exclusão já disponíveis no repertório cultural e político.

A desinformação articula-se com estruturas preexistentes de medo, desigualdade e hierarquia, e oferece-lhe uma linguagem aparentemente factual. Desta forma, uma alegação falsa sobre criminalidade ou sobre privilégios no acesso a apoios sociais não precisa de ser rigorosamente acreditada para ser politicamente eficaz, basta ativar a categoria, reforçar a suspeição, sedimentar a distinção.

Freelon & Wells (2020) argumentam que a desinformação deve ser entendida como comunicação política, não como simples falha de informação, mas como forma de ação que visa estruturar o campo do debate público em benefício de determinados atores. Esta perspetiva é essencial para compreender por que razão os desmentidos factuais têm efeitos tão limitados: não é de factos que se trata, mas de perceções. Bennett & Livingston (2021) mostram como a desinformação prospera precisamente onde as instituições que antes garantiam condições partilhadas de inteligibilidade pública, os partidos, a imprensa de referência, a ciência, perderam credibilidade. Neste âmbito surge a necessidade de conhecer as plataformas que reforçam estas narrativas, Tucker et al. (2018) documentam, a título ilustrativo como as redes sociais criam assimetrias de difusão que privilegiam sistematicamente o conteúdo emocionalmente ativado e categorialmente simples.

A desinformação demográfica opera através de vários mecanismos que merecem atenção específica. Primeiro, a concentração territorial: ao localizar casos individuais em espaços específicos, produz geografias do risco que estigmatizam lugares e comunidades. Segundo, a generalização categorial: transforma incidentes particulares em padrões coletivos atribuídos a grupos étnicos, nacionais ou religiosos, naturalizando a associação entre grupo e comportamento. Terceiro, o deslocamento estrutural: ao atribuir a grupos específicos a responsabilidade por problemas como a crise da habitação ou a pressão sobre os serviços públicos, oculta as causas estruturais e desvia a exigência de responsabilização política.

A teoria da Grande Substituição constitui um exemplo paradigmático. Trata-se de uma teoria de supremacia branca, com origens em círculos neo-fascistas, que

afirma que as elites ocidentais conspiram para substituir a população «branca» através da imigração em massa proveniente do Sul global (Feola, 2021; Maher, 2025). Popularizada pelo escritor francês Renaud Camus a partir de 2011, a teoria tem sido associada a múltiplos ataques terroristas de extrema-direita, incluindo o massacre de Christchurch (2019), cujo manifesto se intitulava «The Great Replacement» (Bracke & Hernández Aguilar, 2024; Feola, 2021). Feola (2021) descreve esta teoria como uma política de ressentimento e perda que converte ansiedades demográficas em projetos políticos de carácter antidemocrático e potencialmente violento. Bracke & Hernández Aguilar (2024) mostram como a teoria é uma formação discursiva flexível e que está a ser constantemente reescrita. Esta articula com o racismo, a islamofobia, o antissemitismo, os ataques ao feminismo e à diversidade de género, e o eco-fascismo, adaptando-se a contextos nacionais específicos enquanto mantém intacto o núcleo duro: a ideia de uma conspiração para substituir populações brancas por não-brancas. Maher (2025) analisa a versão neoliberal desta teoria, mostrando como o discurso da Grande Substituição se hibridizou com a crítica às «elites globalistas», tornou-se desta forma mais atrativa a audiências que rejeitariam a versão explicitamente supremacista. A operação narrativa que subjaz a todas estas versões é, contudo, a mesma: constrói um «nós» como puro, estável e ameaçado, e um «eles» como excesso ou perigo. A crítica desta perspetiva, passa por demonstrar que as identidades não são essências fixas territorialmente enraizadas, mas construções históricas, relacionais e políticas (Massey, 2004), e que a mobilidade é uma constante estrutural dos territórios humanos e não uma anomalia contemporânea.

O impacto da dinâmica de desinformação sobre a democracia é profundo e transversal a várias áreas do conhecimento, como a saúde, o clima, entre outros. A democracia, foco desta análise, precisa de pluralismo, de conflito de ideias e de deliberação pública assente em condições de inteligibilidade. Quando a desinformação se instala no centro do debate democrático, degrada-se não apenas a qualidade da informação, mas a própria possibilidade de deliberação coletiva (Habermas, 1989).

5. O caso português: especificidades e contradições

Portugal confronta-se com um processo acelerado de envelhecimento populacional, baixas taxas de natalidade e uma crescente dependência de fluxos migratórios para a sustentabilidade do mercado de trabalho e do sistema de segurança social. Segundo dados do Instituto Nacional de Estatística (INE, 2023), a população estrangeira residente em Portugal atingiu valores históricos, ultrapassando um milhão de pessoas, uma transformação demográfica com implicações profundas para as políticas públicas e para a composição social do território.

A investigação desenvolvida pelo MediaLab CIES-ISCTE no âmbito do consórcio (MediaLab CIES-ISCTE & Iberifier, 2023) documentou os contornos específicos da desinformação em Portugal, com base em entrevistas a diretores e editores de meios de comunicação. Os resultados revelam que a imigração se consolidou como o principal tema de desinformação no país, através de narrativas que a associam sistematicamente à insegurança, ao abuso de apoios sociais e à deterioração da identidade nacional. Uma análise mais recente (MediaLab ISCTE, 2026) identifica as técnicas

predominantes nesta desinformação: a descontextualização de imagens e vídeos, a generalização de casos individuais para caracterizar comunidades inteiras e a mobilização emocional de medos difusos. Reconhece-se aqui uma gramática de exclusão articulada e coerente: a pessoa migrante é construída simultaneamente como fardo, como risco e como aproveitador.

Contudo, é essencial evitar uma leitura simplista. Estas narrativas não são apenas importadas de outros contextos europeus: encontram terreno fértil em desigualdades já existentes, em precariedades materiais e em memórias políticas pouco discutidas.

Portugal cultivou durante muito tempo uma autoimagem de país tolerante e aberto, uma autoimagem que a crítica pós-colonial tem demonstrado merecer análise cuidadosa (Bastos, 2008; Jerónimo, 2015). O país é simultaneamente marcado por uma história colonial que produziu hierarquias raciais persistentes, por formas contemporâneas de precarização laboral, que afetam de forma desproporcionada a população migrante, e por hierarquias concretas de cidadania que limitam a plena participação de amplos segmentos da população residente.

Geograficamente, estas dinâmicas não se distribuem de modo uniforme pelo território. A concentração de população migrante em determinadas áreas metropolitanas e em sectores específicos da economia, agricultura intensiva (no Alentejo a título ilustrativo), construção, restauração, logística, trabalho doméstico e de cuidados, produz geografias de vulnerabilidade e de invisibilidade que a gramática da desinformação tende a explorar.

A investigação e o conhecimento sobre a geografia e a demografia do território podem dar um contributo fundamental neste contexto, ao produzir conhecimento situado sobre as comunidades e localidades concretas, ao visibilizar e conhecer quadros de desigualdade e ou integração. O conhecimento pode desnaturalizar as gramáticas que transformam problemas estruturais em culpa atribuída a grupos de pessoas em adaptação ao contexto local.

6. Notas conclusivas: por uma política democrática da pertença

O quadro analítico desenvolvido neste artigo permite concluir o modo como o conhecimento demográfico é produzido e comunicado, nos planos académico, institucional e mediático, tem influência sobre quem é reconhecido como sujeito de direitos, e com que possibilidades concretas de pertença, de proteção e de participação. Partindo deste pressuposto, este artigo procurou identificar e analisar as gramáticas de exclusão e de desinformação que estruturam alguns dos debates mais intensos da política contemporânea, tendo como eixo central a qualidade da democracia. O argumento desenvolvido ao longo do texto propõe que a articulação entre demografia, desinformação e democracia é constitutiva dos modos como as sociedades contemporâneas produzem e reproduzem hierarquias de pertença, de dignidade e, consequentemente de acesso a direitos.

Uma democracia que aceita hierarquias de dignidade enfraquece a sua própria promessa. Por outras palavras, assume-se que caso a dignidade dependa do passaporte, da produtividade económica, da origem, da religião, da conformidade cultural,

do género ou do estatuto administrativo, então já não estamos perante uma conceção de direitos humanos, mas perante uma dignidade condicional.

A resposta a este fenómeno implica desconstruir ativamente as gramáticas de exclusão e de discriminação que circulam no espaço público. Esta não é apenas uma tarefa académica, é uma tarefa política que exige o desenvolvimento de gramáticas de respeito e promoção de direitos humanos, de reforço positivo, de reconhecimento de todos os habitantes do território, independentemente do seu estatuto administrativo. Adicionalmente, nota-se que as gramáticas de pertença democrática precisam de ser construídas, através de políticas públicas que reforcem o acesso a uma vida digna para todas as pessoas.

Uma política democrática da pertença não se traduz na ausência de regulação. Traduz-se em regulação que deve ter limites normativos claros: direitos humanos, igualdade perante a lei, proteção contra a exploração e recusa da desumanização. A dificuldade deste desígnio é real e não deve ser subestimada. Mas a dificuldade não é isenção: é precisamente porque a exclusão se sedimenta em estruturas espaciais, institucionais e discursivas de longa duração que a sua transformação exige um compromisso por parte de todos os atores; com capacidade de influenciar os termos em que as populações são categorizadas, representadas e consequentemente, governadas.

Bibliografia

- Bastos, C. (2008). Luso-Tropicalism and Its Discontents. *Postcolonial Studies*, 11(2), 185–202. <https://doi.org/10.1080/13688790802006053>
- Bennett, W. L., & Livingston, S. (Ed.). (2021). *The Disinformation Age: Politics, Technology, and Disruptive Communication in the United States*. Cambridge University Press. <https://doi.org/10.1017/9781108914628>
- Bigo, D. (2002). Security and Immigration: Toward a Critique of the Governmentality of Unease. *Alternatives: Global, Local, Political*, 27(1_suppl), 63–92. <https://doi.org/10.1177/03043754020270S105>
- Bracke, S., & Hernández Aguilar, L. M. (Ed.). (2024). *The Politics of Replacement: Demographic Fears, Conspiracy Theories, and Race Wars*. Routledge.
- Cresswell, T. (1996). *In Place/Out of Place: Geography, Ideology, and Transgression*. University of Minnesota Press.
- De Genova, N. (Ed.). (2017). *The Borders of "Europe": Autonomy of Migration, Tactics of Bordering*. Duke University Press.
- Feola, M. (2021). "You Will Not Replace Us": The Melancholic Nationalism of Whiteness. *Political Theory*, 49(4), 528–553. <https://doi.org/10.1177/0090591720972745>
- Freelon, D., & Wells, C. (2020). Disinformation as Political Communication. *Political Communication*, 37(2), 145–156. <https://doi.org/10.1080/10584609.2020.1723755>
- Gatrell, P. (2019). *The Unsettling of Europe: How Migration Reshaped a Continent*. Basic Books.
- Greenhalgh, S. (1996). The Social Construction of Population Science: An Intellectual, Institutional, and Political History of Twentieth-Century Demography. *Comparative Studies in Society and History*, 38(1), 26–66. <https://doi.org/10.1017/S0010417500020119>

- Habermas, J. (1989). *The Structural Transformation of the Public Sphere: An Inquiry into a Category of Bourgeois Society*. MIT Press.
- Harvey, D. (1973). *Social Justice and the City*. Edward Arnold.
- Honneth, A. (1995). *The Struggle for Recognition: The Moral Grammar of Social Conflicts*. Polity Press.
- Huysmans, J. (2006). *The Politics of Insecurity: Fear, Migration and Asylum in the EU*. Routledge.
- INE. (2023). Estatísticas da população estrangeira residente em Portugal. <https://www.ine.pt>
- Jerónimo, M. B. (2015). *A diplomacia do colonialismo: Portugal e as potências europeias*. Edições 70.
- Lacoste, Y. (1976). *La géographie, ça sert, d'abord, à faire la guerre*. Maspero.
- Lefebvre, H. (1991). *The Production of Space* [Original work published 1974]. Blackwell.
- Maher, H. (2025). The Neoliberal Great Replacement Theory: On the Racialization of Markets and Migration. *Politics, Religion & Ideology*. <https://doi.org/10.1080/1600910X.2025.2499827>
- Massey, D. (2004). Geographies of Responsibility. *Geografiska Annaler: Series B, Human Geography*, 86(1), 5–18. <https://doi.org/10.1111/j.0435-3684.2004.00150.x>
- MediaLab CIES-ISCTE & Iberifier. (2023). Resultados de impacto da desinformação em Portugal: Entrevistas a diretores e editores. <https://iberifier.eu/app/uploads/2023/02/B.-ResultadosDesinformacaoeios.pdf>
- MediaLab ISCTE. (2026, janeiro). Como é feita a desinformação em Portugal? <https://www.publico.pt/2026/01/31/opiniao/opiniao/desinformacao-portugal-2163180>
- Mezzadra, S., & Neilson, B. (2013). *Border as Method, or, the Multiplication of Labor*. Duke University Press.
- Ortega, A. A. C. (2023). Toward Critical Demography 2.0. *Population, Space and Place*, 29(6), e2644. <https://doi.org/10.1177/19427786231176787>
- Pain, R. (2009). Globalized Fear? Towards an Emotional Geopolitics. *Progress in Human Geography*, 33(4), 466–486. <https://doi.org/10.1177/0309132508104994>
- Portes, A., & Rumbaut, R. G. (2006). *Immigrant America: A Portrait* (3ª ed.). University of California Press.
- Sassen, S. (1991). *The Global City: New York, London, Tokyo*. Princeton University Press.
- Tucker, J. A., Guess, A., Barberá, P., Vaccari, C., Siegel, A., Sanovich, S., Stukal, D., & Nyhan, B. (2018). Social Media, Political Polarization, and Political Disinformation: A Review of the Scientific Literature. <https://doi.org/10.2139/ssrn.3144139>
- Yuval-Davis, N. (2006). Belonging and the Politics of Belonging. *Patterns of Prejudice*, 40(3), 197–214. <https://doi.org/10.1080/00313220600769331>
- Yuval-Davis, N. (2011). *The Politics of Belonging: Intersectional Contestations*. SAGE.
-